



MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS NO BRASIL

PERÍODOS DE JANEIRO A MARÇO DE 2019/2020

INTRODUÇÃO

O presente documento traz os dados informados pelas Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, visando verificar se houve redução ou aumento nos pedidos de medidas protetivas de urgência por conta dos decretos de confinamento em razão da pandemia Covid19, no período de janeiro a março dos anos de 2019 e 2020.

Os dados foram solicitados às coordenadorias no dia 24-4-2020 pela presidente do Colégio dos Coordenadores (Cocevid), em atendimento à solicitação do Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos (MMFDH), em reunião ocorrida no dia 22-4-2020, para servirem como base de desenvolvimento de políticas públicas.

Foram recebidas as informações de 20 unidades da federação: Acre, Bahia, Ceará, Brasília/DF, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.



APRESENTAÇÃO DOS DADOS

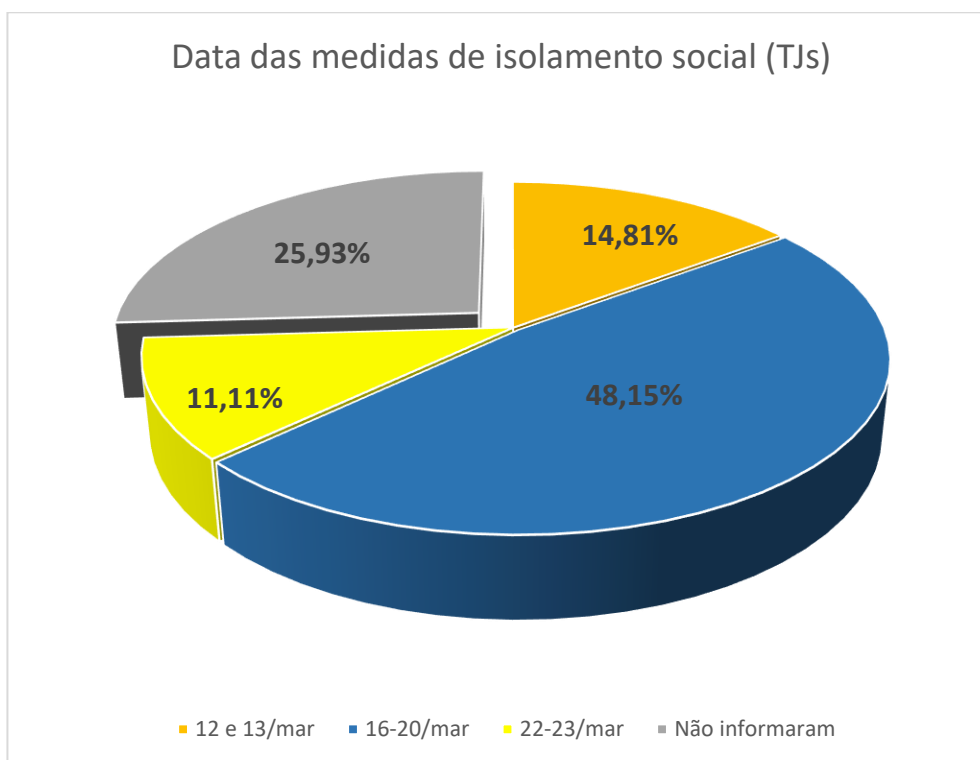
Inicialmente, as coordenadorias informaram a data em que houve a adoção das medidas de isolamento social pelos seus respectivos Tribunais, em virtude da pandemia Covid19:

Tribunal	Data inicial do isolamento
TJDFT	12/03/2020
TJGO	12/03/2020
TJPA	13/03/2020
TJPR	13/03/2020
TJAC	16/03/2020
TJMS	16/03/2020
TJSP	16/03/2020
TJPI	17/03/2020
TJRJ	17/03/2020
TJSC	17/03/2020
TJPB	18/03/2020
TJPE	18/03/2020
TJRS	18/03/2020
TJSE	18/03/2020
TJBA	19/03/2020
TJMG	19/03/2020
TJES	20/03/2020
TJRR	22/03/2020
TJCE	23/03/2020
TJMA	23/03/2020

Tabela 01: Data inicial do isolamento nos TJs

Observa-se que quase metade (48,15%) dos Tribunais de Justiça Estaduais (TJs) informaram ter decretado medidas de isolamento social na terceira semana – entre os dias 16 e 20 de março: Acre, Mato Grosso do Sul, São Paulo,

Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



Os Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios e de Goiás foram os primeiros a decretar medidas de isolamento em 12-3-2020, seguidos do Pará e do Paraná, em 13-3-2020, na segunda semana do mês de março.

Na quarta semana (22 e 23 de março), foram os TJs de Roraima, Ceará e Maranhão.



No tocante ao número absoluto de **medidas protetivas requeridas**, no período **de janeiro a março de 2019 e 2020**, foram apresentados os seguintes dados:

Medidas protetivas requeridas nos Tribunais de Justiça Estaduais						
Tribunal	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20
TJAC	185	207	211	232	187	155
TJBA	1571	1927	1830	1739	1315	2145
TJCE	1461	1112	976	1749	979	896
TJDFT	1353	1221	1312	1248	1208	1202
TJES	1417	1070	991	1422	991	949
TJGO	1424	1315	1255	1682	1125	1137
TJMA	1040	918	869	1177	1000	909
TJMG	2724	2665	2727	3104	2675	2752
TJMS	849	791	832	992	839	849
TJPA				1112	1029	996
TJPB	644	478	615	758	522	465
TJPE	2040	1347	1340	1553	1175	1261
TJPI	335	314	285	398	325	276
TJPR	3387	2903	3094	3591	3233	3073
TJRJ	4460	3522	3870	4298	3934	3120
TJRR	156	139	185	163	164	174
TJRS	6500	4951	4845	6371	5430	5078
TJSC	1583	1336	1315	1817	1512	1348
TJSE				211	188	204
TJSP	9460	9083	9493	11361	10002	10155

Tabela 02: Número absoluto de medidas protetivas requeridas jan-mar 2019/2020

Considerando apenas as respostas dos Tribunais de Justiça descritos na Tabela 02, verifica-se que, de janeiro a março de 2019, foram recebidos 111.933 (cento e onze mil, novecentos e trinta e três) pedidos de medidas protetivas de urgência, e, no mesmo período no ano de 2020, 119.955 (cento e dezenove mil, novecentos e cinquenta e cinco), em todo o país.



Como se vê, o ano de 2020 apresenta um aumento de 7,17% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 8.022 (oito mil e vinte e dois) pedidos de pedidas medidas protetivas de urgência.¹

Tribunal	Total no Período JAN-MAR 2019	Total no Período JAN-MAR 2020	Varição entre os Períodos
TJAC	603	574	-4,81%
TJBA	5328	5199	-2,42%
TJCE	3549	3624	2,11%
TJDFT	3886	3658	-5,87%
TJES	3478	3362	-3,34%
TJGO	3994	3944	-1,25%
TJMA	2827	3086	9,16%
TJMG	8116	8531	5,11%
TJMS	2472	2680	8,41%
TJPA		3137	
TJPB	1737	1745	0,46%
TJPE	4727	3989	-15,61%
TJPI	934	999	6,96%
TJPR	9384	9897	5,47%
TJRJ	11852	11352	-4,22%
TJRR	480	501	4,38%
TJRS	16296	16879	3,58%
TJSC	4234	4677	10,46%
TJSE		603	
TJSP	28036	31518	12,42%
TOTAL	111933	119955	7,17%

Tabela 03: Total de medidas protetivas requeridas Jan-Mar 2019/2020²

¹ Importa destacar que este aumento deve ser menor, considerando que os estados do Pará e de Sergipe não apresentaram informações referentes ao ano de 2019.

² Não foram consideradas as variações dos TJs do Pará e Sergipe por não constar dados referentes ao ano de 2019.



A partir dos dados trazidos pelos TJs, apresenta-se a tabela com o número médio de pedidos de medidas protetivas por dia (MP/dia):

Tribunal	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Média /2019	Média/ 2020	Varição Março 2019/2020	Varição Fev-Mar 2020
TJAC	5,97	6,68	6,81	7,48	6,03	5,00	6,48	6,99	-26,54%	-17,11%
TJBA	50,68	62,16	59,03	56,10	42,42	69,19	57,29	59,10	17,21%	63,12%
TJCE	47,13	35,87	31,48	56,42	31,58	28,90	38,16	41,26	-8,20%	-8,48%
TJDFT	43,65	39,39	42,32	40,26	38,97	38,77	41,78	40,66		-0,50%
TJES	45,71	34,52	31,97	45,87	31,97	30,61	37,40	37,45	-4,24%	-4,24%
TJGO	45,94	42,42	40,48	54,26	36,29	36,68	42,95	45,72	-9,40%	1,07%
TJMA	33,55	29,61	28,03	37,97	32,26	29,32	30,40	31,87	4,60%	-9,10%
TJMG	87,87	85,97	87,97	100,13	86,29	88,77	87,27	91,35	0,92%	2,88%
TJMS	27,39	25,52	26,84	32,00	27,06	27,39	26,58	28,12	2,04%	1,19%
TJPA				35,87	33,19	32,13		35,87		-3,21%
TJPB	20,77	15,42	19,84	24,45	16,84	15,00	18,68	19,90	-24,39%	-10,92%
TJPE	65,81	43,45	43,23	50,10	37,90	40,68	50,83	45,59	-5,90%	7,32%
TJPI	10,81	10,13	9,19	12,84	10,48	8,90	10,04	10,72	-3,16%	-15,08%
TJPR	109,26	93,65	99,81	115,84	104,29	99,13	100,90	103,10	-0,68%	-4,95%
TJRJ	143,87	113,61	124,84	138,65	126,90	100,65	127,44	125,70	-19,38%	-20,69%
TJRR	5,03	4,48	5,97	5,26	5,29	5,61	5,16	5,24	-5,95%	6,10%
TJRS	209,68	159,71	156,29	205,52	175,16	163,81	175,23	173,84	4,81%	-6,48%
TJSC	51,06	43,10	42,42	58,61	48,77	43,48	45,53	48,04	2,51%	-10,85%
TJSE				6,81	6,06	6,58		6,81		8,51%
TJSP	305,16	293,00	306,23	366,48	322,65	327,58	301,46	321,90	6,97%	1,53%

Tabela 04: Medidas protetivas/dia ³

Os Tribunais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, exibiram o maior número de pedidos de medidas protetivas em ambos os períodos. Juntos,

³ Não foram consideradas os TJs do Pará e Sergipe nas colunas jan a mar/2019 por não constarem dados referentes ao ano em questão.



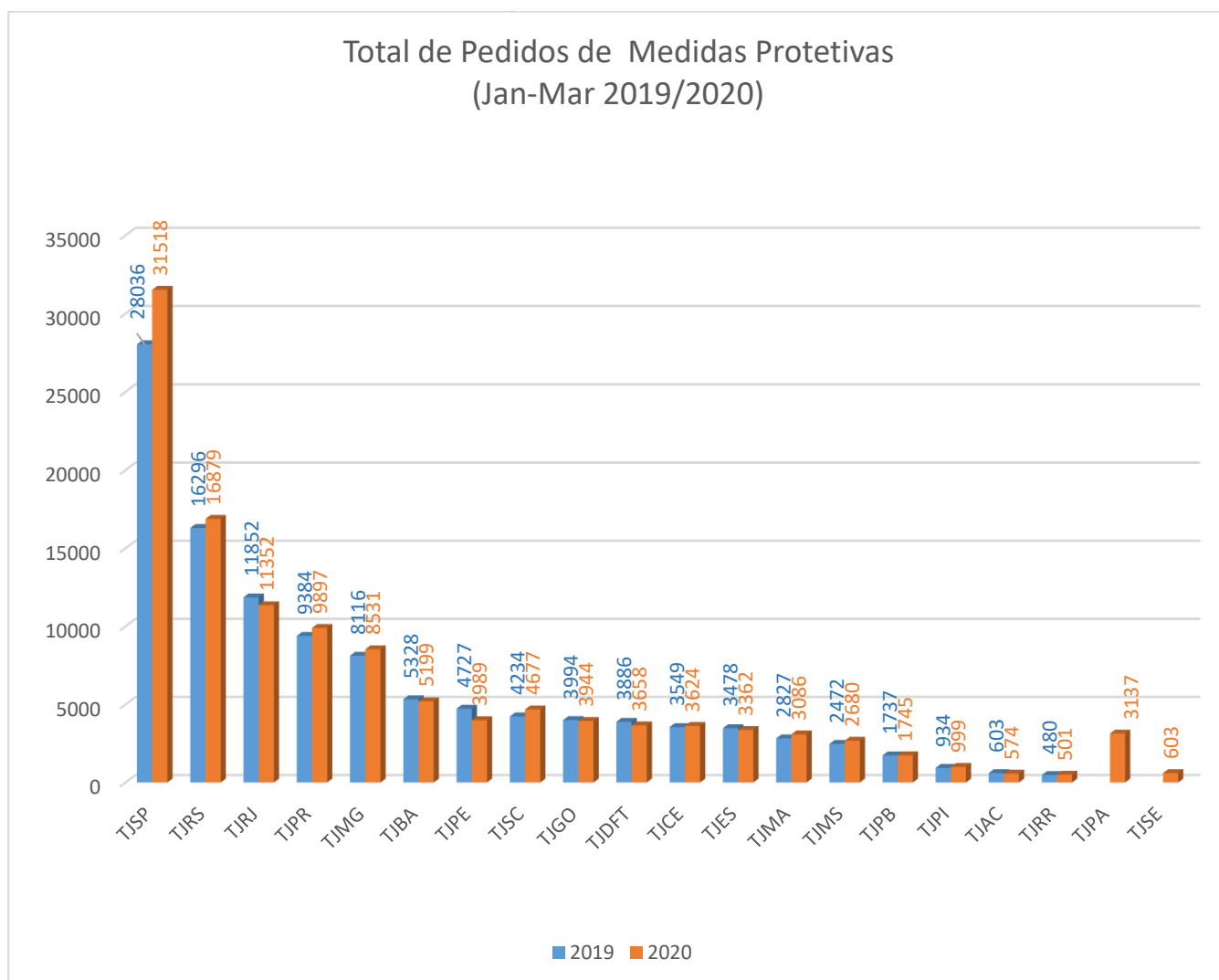
receberam cerca de metade dos pedidos de medidas protetivas de urgência nos tribunais de justiça do país, totalizando 56.184 (cinquenta e seis mil, cento e oitenta e quatro) em 2019 e 59.749 (cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove) em 2020.

TJSP recebeu, em média, 301,46 MP/dia⁴ em jan-março/2019 e 321,90 MP/dia no mesmo período de 2020. Seguido do TJRS, com 175,23 MP/dia (jan-mar/2019) e 173,84 MP/dia (jan-mar/2020) e do TJRJ, com 127,44 MP/dia (jan-mar/2019) e 125,70 MP/dia (jan-mar/2020).

Já os Tribunais de Justiça do Piauí (10,04 MP/dia), Acre (6,48 MP/dia) e Roraima (5,16 MP/dia) tiveram o menor número de pedidos em 2019⁵ e os Tribunais de Justiça de Sergipe (6,99 MP/dia), Acre (6,18 MP/dia) e Roraima (5,24 MP/dia), no ano de 2020:

⁴ MP/dia = medidas protetivas por dia

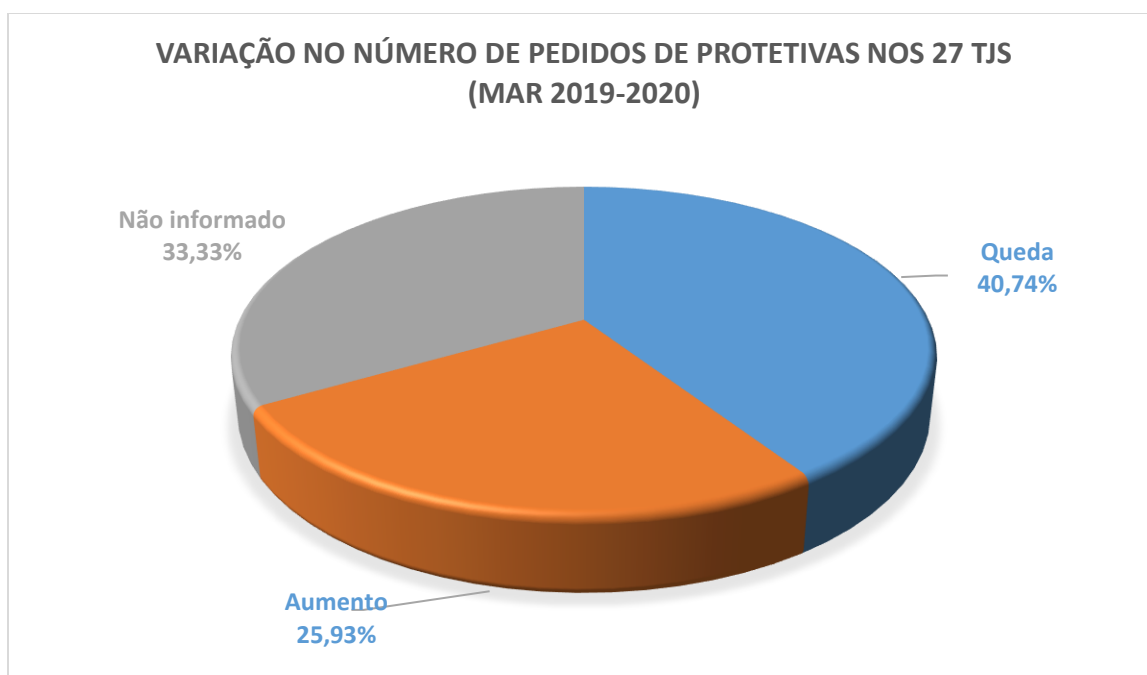
⁵ Em 2019 não foram apresentados os dados dos estados do Pará e Sergipe, de modo que estes não foram considerados.



Considerando todo o período em questão (janeiro-março), observa-se que os Tribunais de Justiça de São Paulo (12,42%), Santa Catarina (10,46%) e Maranhão (9,16%), tiveram o maior aumento no número de pedidos de medidas protetivas de urgência no ano de 2020 em relação a 2019.

A seu turno, os Tribunais de Justiça do Pernambuco (-15,61%), do Distrito Federal (-5,87%) e do Acre (-4,81%) apresentaram maior redução no número de pedidos de medidas protetivas de urgência.

Levando em conta apenas o mês de março de 2020 – período em que ocorreram as medidas de isolamento social pelos TJs por conta da pandemia do Covid19 –, verifica-se que 11 (onze) tribunais apresentaram redução no número de pedidos quando comparados ao mesmo mês em 2019, ao passo que 7 (sete) informaram ter ocorrido um aumento:



Os Tribunais de Justiça do Acre (-26,54%), da Paraíba (-24,39%) e do Rio de Janeiro (-19,38%) foram os que apresentaram a maior queda no mês de março de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019. Por sua vez, os Tribunais de Justiça da Bahia (17,21%), de São Paulo (6,97%) e de Rio Grande do Sul, apresentaram maior índice de aumento no período mencionado (tabela 05):



Tribunal	Varição março 2019/2020	Varição fev-mar/2020
TJAC	-26,54%	-17,11%
TJBA	17,21%	63,12%
TJCE	-8,20%	-8,48%
TJDFT	-8,38%	-0,50%
TJES	-4,24%	-4,24%
TJGO	-9,40%	1,07%
TJMA	4,60%	-9,10%
TJMG	0,92%	2,88%
TJMS	2,04%	1,19%
TJPA		-3,21%
TJPB	-24,39%	-10,92%
TJPE	-5,90%	7,32%
TJPI	-3,16%	-15,08%
TJPR	-0,68%	-4,95%
TJRJ	-19,38%	-20,69%
TJRR	-5,95%	6,10%
TJRS	4,81%	-6,48%
TJSC	2,51%	-10,85%
TJSE		8,51%
TJSP	6,97%	1,53%

Tabela 05: Percentual de variação dos pedidos de MP⁶

Quando comparados os meses de fevereiro e março de 2020, observa-se um expressivo aumento no número de pedidos de medidas protetivas no Tribunal de Justiça da Bahia (63,12%), inclusive em relação aos demais tribunais, notadamente porque o aumento verificado na segunda posição, estado de Sergipe, foi de 8,51%, seguido de Pernambuco, que apresentou um crescimento de 7,32%. Os tribunais de

⁶ Não foram consideradas os TJs do Pará e Sergipe na primeira coluna da tabela 05 por não constarem dados referentes ao ano de 2019.

justiça que apresentaram maior queda foram o do Rio de Janeiro (-20,69%) , do Acre (-17,11%) e do Piauí (-15,08%).

Considerando todos os tribunais estaduais, tem-se que, pelo menos 41,38% (12 TJs) apresentaram redução no número de pedidos quando comparados os meses de fevereiro e março de 2020:



Compiladas as informações encaminhadas pelas Coordenadorias Estaduais, cumpre destacar que os dados ora apresentados devem ser analisados juntamente com o contexto das realidades e peculiaridades regionais e locais dos estados, pois trata-se de um recorte tão somente com as informações colhidas no âmbito do Poder Judiciário, não representando, portanto, a totalidade de casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres no país, uma vez sabido que muitas situações não chegam ao conhecimento do Poder Judiciário.

Além disso, cabe alertar para o fato de que a redução dos pedidos de medidas protetivas de urgência verificada em cerca de 40% dos tribunais de justiça estaduais do Brasil não representa, necessariamente, uma queda nos casos de



violências contra as mulheres. Isso porque, a partir do mês de março de 2020, os estados e tribunais de justiça editaram medidas de enfrentamento da pandemia Covid19, suspendendo atendimento presencial, determinando isolamento social, inclusive, com restrições de deslocamento e de suspensão de transporte público, a exemplo do estado de Santa Catarina. Tais situações podem ser, também, empecilhos para que as mulheres tenham acesso aos mecanismos de proteção e auxílio.

Florianópolis, 13 de maio de 2020.

Michelle de Souza Gomes Hugill
Secretária da Cevide/TJSC
(assinado eletronicamente)

Desa. Salete Silva Sommariva
Coordenadora da Cevide/TJSC
Presidente do Cocevid
(assinado eletronicamente)